

**XVII CONGRESSO DE
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ**
Tecnologias da Educação: passado, presente, futuro



Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229

**CAMINHOS DA EDUCAÇÃO: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA NO
MARANHÃO (1911-1939)**

Denise Cristina da Silva Campos Salazar⁵⁴

Salânia Maria Barbosa Melo⁵⁵

RESUMO

Esta pesquisa refere-se às representações sociais constituídas acerca da infância e seus caminhos, trazendo à cena o Instituto de Assistência a Infância no Maranhão; com o objetivo de proteger crianças desvalidas, além de trazer a tona debates, propostas e políticas públicas educacionais, direcionadas para as denominadas “crianças pobres”, no contexto de transformação educacionais do período, criando assim orfanatos para meninos e meninas. Com o objetivo de conhecer a concepção de infância e o tipo de educação oferecida, no período compreendido entre sua fundação 1914 e o ano de 1939, faremos uma pesquisa documental, com a utilização das fontes primárias: os relatórios do Instituto de Assistência à Infância no Maranhão, os livros de atas, A Coleção de Leis e Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do Estado do Maranhão, jornal *A Pacotilha* e imagens. Documentação esta catalogada e arquivada no Arquivo Público de São Luís. O trabalho também se desenvolve através de fontes bibliográficas, tendo como referencial a história da infância através do Instituto de Assistência a Infância no Maranhão, na perspectiva de olhar a criança como sujeito da história, discorrendo sobre as práticas discursivas e institucionais, que constitui a infância como objeto de intervenção higiênica e disciplinar na área

⁵⁴Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Especialista em História do Maranhão pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: deacampos2008@gmail.com

⁵⁵Professora da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Educação pela – UFC e Pós-doutorado em Educação pela UFPB. E-mail: salaniamelo@yahoo.com.br.

educacional, em que destacamos a obra de Philippe Ariès, História Social da Criança e da Família, entre outros.

Palavras-chave: Representações Sociais, Infância, Políticas Públicas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A pesquisa insere-se no campo da Educação, na sub-área da História da Educação, especificamente vinculada às temáticas presentes na História das Instituições Educacionais, em que tentaremos mostrar a infância a partir da emergência de novos espaços escolares no início do século XX, destacando o Instituto de Assistência à Infância (1911-1939), relacionando o sentido de sua existência com o contexto da época (nacional e local) marcado por anseios advindos dos ideais republicanos.

A análise do papel desta instituição que inicialmente foi criada com caráter privado e filantrópico, através da descrição de sua organização e funcionamento, serviu como pano de fundo para se compreender as condições sociais das crianças pobres no período pesquisado; e o sentido do discurso assistencial – aliado ao da medicina social, higiene, eugenia e puericultura, que fundamenta a implementação da prática institucional. Consideram-se ainda as aspirações elaboradas no curso da ordem republicana que pretendia inserir novas concepções de progresso, civilização e cidadania aos sujeitos, e assim, civilizando os espaços urbanos.

O Instituto encontrou sede definitiva num prédio de dois pavimentos à Avenida Rio Branco nº 308, doado pelo presidente Luís Domingues, então governador do Estado do Maranhão, utilizando a educação confiada às mulheres da elite, em que a princípio eram priorizados os cuidados primários e a proteção.

A educação doméstica passou a ser obrigatória para as meninas. No esforço da higienização, foram tomadas várias medidas. Passou a ser obrigatória a Educação Física, com a recomendação de que deveriam ser escolhidos exercícios que fortalecessem o corpo. Como condição para a admissão das crianças, passou a ser obrigatória a apresentação de atestado de que não tinham doença contagiosa, nem possuíam deficiência física ou mental. Foram construídas dependências para atendimento médico e odontológico, com a contratação de profissionais incumbidos de tratar dos internos e orientar nas medidas higiênicas. O objetivo inicial, caritativo, do Instituto de Assistência a Infância no Maranhão, que era acolher e proteger as crianças órfãs, acompanhando as mudanças sociais do período, foi sendo substituído pelo investimento na formação das crianças.

A problemática da pesquisa envolve o interesse pelo passado de algumas instituições educacionais em que analisaremos o contexto histórico da urbe sendo conectado às práticas educacionais que interagem com a dinâmica social no Maranhão; focando a construção e efetivação de um projeto Assistencial à Infância no início do século XX, tendo a educação como lócus de viabilização da ordem urbana civilizada.

A importância da pesquisa histórica principalmente no campo educacional, contribui para um processo de captura do pesquisador, por meio de leituras aprazíveis e agradáveis, levando à constituição de uma escrita permeada por sensibilidades, que nos deixa entusiasmados e nos molda um olhar sobre esse objeto que perpassa os muros, chegando até as crianças e as novas técnicas direcionadas a elas para implementação de uma nova ordem social republicana.

No entanto, a relação hoje evidente entre crianças e escolas, como qualquer relação existente na sociedade, não é natural. A afirmação da educação das crianças, primeiramente como um valor e, posteriormente, como uma necessidade e um direito, é fruto de um longo processo histórico, repleto de idas e vindas, rupturas e permanências, vitórias e derrotas. No Brasil, esse processo de constituição de um sistema público de educação e, portanto, a construção da relação entre crianças e escolas - pode ser identificada com o momento mesmo da formação do Estado imperial e o adentrar no universo das cidades brasileiras do século XX como a única maneira de situarmos o crescimento da vida urbana, assim, poderemos seguir os passos da relação entre crianças e escolas, tentando reconstruir um pouco da trajetória da constituição da educação e da instrução públicas no Brasil.

A alma de investigador que utilizamos juntamente com seus métodos, técnicas, teorias, materiais de pesquisas, que aliada à curiosidade da vida acadêmica resulta na produção escrita. Fazemos isso, por meio da observação direta, das práticas, discursos/relações estabelecidas, imagens, corpo, ações que nos ocorrem diversos espaços que envolvem o mundo da educação.

Para saciar ainda mais nossa curiosidade sobre história da educação, optei por ter como cenário o Maranhão, mas precisamente a cidade de São Luís nos anos de 1911 a 1930, no intuito de contribuir no enriquecimento do meio acadêmico com trabalhos de histórias da educação referente ao Maranhão é que me proponho através deste projeto de pesquisa, a percorrer os discursos e as práticas que moveram a educação no Maranhão, com a edificação e funcionamento do Instituto de Assistência a Infância no Maranhão.

Ao resgatar a infância desvalida em São Luís, especificamente, nas primeiras décadas do século XX, através da atuação do *Instituto de Assistência à Infância do Maranhão* (1911-1930), criado no dia 07 de setembro de 1911, é de suma importância, pois nos permite analisar o

papel e a natureza desta instituição de caráter privado e filantrópico, através da descrição de sua organização e funcionamento. Tal enfoque serviu como pano de fundo para se compreender as condições sociais das crianças pobres no período pesquisado e o sentido do discurso assistencial baseados em teorias levantadas durante o período estudado.

O primeiro instituto de assistência nasce em 1901 no Rio de Janeiro, fundado pelo médico Artur Moncorvo Filho. O Instituto de Assistência à Infância do Rio de Janeiro visava atender às crianças pobres até 14 anos de idade, além de gestantes e amas de leite.

No Maranhão, o Instituto de Assistência à Infância, tem seu espaço doado pelo presidente Luís Domingues, então governador do Estado do Maranhão, após sensibilizar-se pelo discurso proferido pela menina Floripes de Carvalho que abordando “o suplício das criancinhas” e falando em vosso nome, comoveu o referido presidente que “ergueu-se enternecido, abraçando-a e hipotecando-nos o seu assentamento” (MELO; NASCIMENTO, 2010,p-42), como destaca-se na Coleção das Leis e Resoluções do Congresso, Decretos e Decisões do estado do Maranhão de 1911 a 1913, criando o Internato de Educando Artífice.

LEI N. 585—DE 22 DE ABRIL DE 1911.

Autoriza o Governo a crear na Capital um Internato de Educandos Artífices. O Doutor Luiz Antonio Domingues da Silva, Governador do Estado do Maranhão. Paço saber a todos os seus habitantes que o Congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.- Fica o Governo auctorizado a crear, iVesta Apitai, um Internato de Educandos Artífices, onde serão Recolhidos os menores desvalidos, especialmente do interior e do Estado, que se destinarem ao aprendizado profissional, abrindo, para isso, os créditos necessários.

Art. 2.* O ensino profissional, bem como o de portuguez primário e de desenho, serão ministrados aos educandos pela Escola de Aprendizes Artífices mantida pelo Governo Federal.

§ Unico. Quando se tratar de officio não ensinado na escola, poderá o Director do Internato, mediante approvação .Governador confiar o alumnno, que o quiser e puder, a uma officina particular conceituada, onde seja elle ministrado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a,todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente e pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Director da Secretaria do Governo a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado do Maranhão, em 27 de Abril de 1911, 2º Republica.

Luiz A. Domingues da Silva.

Publicada na Secretaria do Governo do Estado do

Maranhão, em 27 de Abril de 1911

O Directòr, Thomaz da Silva Maya.

Juvilinno de Sonza Barreto a fez.

Procuraremos analisar o Instituto de Assistência à Infância no Maranhão de 1911 a 1939, relacionando o sentido de sua existência com o contexto da época (nacional e local) marcado por anseios advindos da República que buscava, naquele momento, se consolidar diante dos sujeitos, sobretudo cidadãos, e também nos espaços sócio institucionais. Focaliza-se a estrutura organizacional do instituto e seu *modus operandi* na intenção de perceber os critérios de

admissão das crianças neste espaço e as condições e a natureza do assistencialismo praticado. Implantada pela elite local, em São Luís por Fran Pacheco e por filantropos, médicos, “senhoras bem nascidas” e pelo poder público estadual que também, subsidiava este tipo de prática.

Os discursos e práticas de assistência às crianças desvalidas ou abandonadas ganharam no curso da história nacional, variados contornos e sentidos. Múltiplas visões, situadas historicamente, foram produzidas para dar sustentação às práticas de atendimento aos “pequenos”. Neste sentido, é preciso, antes de perceber a assistência praticada, compreender quem gera, sobre que intenção e pautado em que ideário se edifica a estrutura de “proteção”, como destaca Dantas (2012, p. 12):

A ampliação da educação é visando preparar o indivíduo para a nova ordem social capitalista era a nova preocupação de todo os governos da Primeira República. Nesse período, a instituição escolar é concebida como cenário privilegiado de um conjunto de práticas voltadas para o disciplinamento da infância, tendo em vista explorar, em alguns aspectos a concepção de infância. Ao longo dos tempos, essa concepção foi sendo historicamente construída. Paralelamente, a escola recebe as crianças, as quais, no final do século XIX e início do século XX, são inseridas num processo educacional em consonância com o Estado, materializando por meio de leis, regimentos escolares e práticas discursivas.

O assistencialismo, em suas primeiras manifestações, assume um caráter eminentemente caritativo. A concepção cristã que permeia a história desde o medievo alcança os séculos XVII, XVIII e XIX e tem na Igreja Católica e ordens religiosas o *locus* de efetivação da beneficência. O Maranhão em relação a este fenômeno manter-se-á na postura de transposição de modelos de assistência praticada pela então capital do Brasil, o Rio de Janeiro. Importa-se, portanto, padrões e discursos reproduzidos pela elite intelectual do sudeste.



Esta fase prepara as condições necessárias ao terceiro momento, considerado extremamente rico em movimentos e práticas assistenciais. A ordem republicana permite o florescimento de um contexto propício à proteção da infância, uma vez que concepções acerca da natureza e do papel desta para o “mundo modernizado” avançavam continuamente, e as ideias de progresso advindas da capital da República passam a ser implantadas. O higienismo e a eugenia representam a perspectiva de limpeza e eliminação da degradação social encarnada na pobreza e abandono moral das crianças, até mesmo pela mestiçagem. As medidas higiênicas presentes em instituições de assistência e/ou de educação pretendem expurgar a vagabundagem, o vício e o crime da *urbes*, cuidando assim dessa nova classe que precisa ser assistida, como destaca Melo e Nascimento (2010, p-27):

Era, portanto, um tempo onde a sociedade maranhense experimentava as marcas da pós-escravidão e da “inserção” conflituosa dos negros libertos no convívio social. Nesse sentido, a elite branca de matriz latifundiária, construiu falas e discursos a fim de delimitar espaços sociais de classe numa sociedade que abrigava uma numerosa população negra, pobre, excluída de direitos e cada vez mais explorada, seja nas fábricas, nos portos, nos comércios ou nas casas de famílias. Os negros, mesmo com a libertação “legal”, continuavam a ser os “braços e pernas” da sociedade republicana -utopicamente apoiada na igualdade e democracia.

Busca-se, assim, partindo da perspectiva eugênica, evitar o processo de “degenerescência”. Esta se refere ao impedimento social, que passava pela preocupação no início do século XX da própria constituição étnica do brasileiro, construída sobre a miscigenação. E esses lares para os desvalidos era uma forma de expurgar o amontoado de crianças pobres nas ruas, que se tornaria um problema maior com o desvio social, que era visto como hereditário, ou seja, o estado passava por uma questão social, desta forma a busca pela ordem ou controle desse caos que se instalava e não condizia com o tripé agora instaurado pela república com a urbanização, progresso e modernização.

Podemos dizer que é tardio os estudos voltados para a infância, buscando entender a criança como “sujeito da história” e tentar interpretar essas representações infantis de mundo; um objeto de estudo relativamente novo para nós pesquisadores. Por isso, objetivamos entender esse novo campo multifacetado de construção social da infância. A produção existente sobre a infância permite afirmarmos a preocupação que existe sobre esta no Brasil e no mundo, principalmente quando esta é vista como um problema social, como destaca Dantas (2012, p. 16):

A infância revela-se como um problema social, e seu significado social se circunscreve na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduzia o Brasil Republicano

ao seu ideal de nação. Esse ideal tinha o propósito de transformar o Brasil numa nação culta, moderna e civilizada.

A intenção dos intelectuais da Primeira República era de forjar uma nação, e conseqüentemente uma identidade coletiva. Para isso, essa geração se mobilizou para construí-la, dando a educação um lugar de destaque nessa nova ordem que se iniciava em que era preciso educar a população para não haver desordens e perturbações, formando o novo trabalhador. Portanto, a constituição da escola contribuiu para afinar a sociedade com os ideais de progresso, com isso, a infância passou a ser objeto de intervenção higiênica e disciplinar.

As ideias de modernização e modernidade se firmam com a ideia de progresso ora implantada, e esse conjunto amplo de modificações na estrutural social, com a instituição de novos padrões e valores, e, conseqüentemente, com a aquisição de novos comportamentos. Desta forma, cabe ressaltar que os termos ora utilizados vem ao encontro das transformações ocasionadas na sociedade, na tentativa de incorporar os padrões europeus nesse primeiro quartel da República.

Esse modelo de assistência filantrópica para o atendimento as crianças pobres e suas famílias no Maranhão é de responsabilidade privada. Cabe a mesma os seguintes serviços: médicos, para as práticas de eugenia, destacando a criança como sujeito fundamental para a implantação desse sistema de amparo social; educativo, na perspectiva de prepará-la para o convívio social. Com isso podemos dizer que a história social da infância no Maranhão no início do século XX, se baseia no cuidado, mostrando suas particularidades na descrição e análise das condições de vida de crianças pobres e desvalidas.

Vinculada as grandes epidemias, a preocupação com a saúde, fundamenta-se no campo da higiene, que buscava melhoria nas condições insalubres da população. As práticas higiênicas constituiu-se um dos campos mais importantes da medicina social, marcando o aparecimento da preocupação sanitária no meio urbano, cuja finalidade era detectar os problemas, elaborar proposta de intervenção; assim, os estudos do campo da higiene, buscava promover melhoria nas condições de vida da população.



Antigo posto de saúde- puericultura, na cidade de Caxias-MA . Fonte IHGC

Cabe ressaltar, a importância dos Institutos de Assistência à Infância, bem como seu caráter filantrópico e socioeducativo, estruturado em um modelo de ação médico-higienista, porque, “somente com a eliminação das desordens de cunho moral, social e físico poderíamos chegar a uma sociedade moderna”, como esta registrado nas páginas do jornal “A Pacotilha” no dia 10 de agosto de 1911, na coluna assinada pelo médico sobre a “Infância Desvalida” (Jornal *A Pacotilha*, São Luís, 11 ago. 1911, n. 187, p. 1). Este periódico era organizado por intelectuais da área médica e literária, que visavam alcançar soluções para as crianças pobres, por isso, é comum encontrarmos em suas páginas denúncias combatendo a inércia existente por parte do governo nestes assuntos.

Obviamente, o Instituto de Assistência à Infância no Maranhão, seguindo o modelo instalado no Rio de Janeiro, seguindo os objetivos traçados por este, em que destacaremos os seguintes:

- a) Dar consultas e fornecer gratuitamente, de acordo com as suas condições financeiras, medicamentos e até mesmo roupas à infância desamparada;
- b) Difundir noções, preceitos e instruções e higiene, indispensáveis à criação e educação das crianças pobres;
- c) Fazer, sobretudo, chegarem ao conhecimento das mães às medidas higiênicas que devem ser rigorosamente observadas no regime alimentar infantil;
- d) Premiar as crianças pobres que apresentarem maior grau de robustez física;
- e) Vacinar e revacinar todas as crianças e mães que gozarem de seus benefícios;
- f) Livrar, na medida de suas forças, da mendicidade, dos vícios e do crime, a infância abandonada;
- g) Auxiliar a inspeção médica das escolas públicas e particulares;
- h) Trabalhar para que sejam criadas, nas escolas e nos estabelecimentos públicos de assistência a infância, classes especiais destinadas a melhorar as condições mentais dos retardados de espírito;
- i) Animar e auxiliar a fundação de instituições congêneres, dentro e fora do Estado;

- j) Criar e manter, no futuro, outros serviços clínicos (gota de leite creche, jardim de infância, etc.);
 l) Trabalhar finalmente em prol de todas as ideias oficiais e particulares que tenham por fim o bem estar da humanidade.
 (INSTITUTO DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA-RELATÓRIO DE 1911, 1912).

Este dispositivo nos leva a compreender o sentido do cuidar da criança pobre, evidenciando as práticas médicas, dos enfermeiros, auxiliares, ajudante e damas de assistência, para atender às necessidades típicas da infância, pois além da divulgação do trabalho exercido, era visto como uma forma de preparar as futuras mães para a vida que as esperava, o lar. Portanto, o Instituto ia se organizando de acordo com as práticas exercidas no atendimento à infância, assim como os cargos e funções de cada membro nele inseridos.

Podemos listar alguns benefícios que o Instituto de Assistência à Infância no Maranhão trouxe à sociedade como a criação de uma creche infantil em 1911 (jornal A Pacotilha, São Luís, 24. Dez.1911, N.301, p.1); a criação de uma Maternidade, chamada “Benedito Leite” em 1913; inauguração do primeiro Hospital Infantil, que homenageia Moncorvo Filho, em 1913, e do primeiro Jardim de Infância em 1920, entre outros. Para que estabelecimentos como a Maternidade e o Hospital Infantil fossem servidos de pessoas habilitadas é que em 1919, foi criado, através do Instituto de Assistência à Infância, um curso de enfermagem e este contratou, inicialmente, duas enfermeiras especializadas em obstetrícia, vindas diretamente da França, para São Luís.

Entre vários benefícios dessas instituições, podemos destacar o elevado número de atendimento prestado às crianças, suas mães ou responsáveis durante sua existência; e mesmo após sua extinção, mas precisamente em 1939, deixou muito bem organizado o seu campo de ação, que era o atendimento às crianças, que deixavam de serem desvalidas para se tornarem assistidas.

Mesmo com o fechamento do Instituto, outras instituições destinadas ao atendimento à infância, de maneira direta ou indireta, continuaram no Maranhão cumprindo seu papel com as funções médica e socioeducativas, evidenciando assim, que mesmo com o fim do Instituto, o projeto republicano de modernização da sociedade estava bem assentado, e que a binômia assistência médica e social, eram as verdadeiras bases de assistência à infância.

Em seus vinte e oito anos de existência o Instituto de Assistência à Infância no Maranhão contou a participação de vários profissionais, em que destacamos médicos pediatras, obstetra e clínico geral, farmacêuticos, dentistas, enfermeiras que ofereceram seus trabalhos gratuitamente, concretizando assim, uma obra que ficou marcada na história social da infância maranhense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos no início do artigo, sua pretensão em centrar a discussão na investigação, lançamos nosso olhar para os aspectos históricos das constituições das práticas de atendimento a infância, e apesar de notar o leque de possibilidades que a temática nos possibilita, cabe ressaltar que nossa intenção, foi apenas destacar algumas práticas de Assistência a Infância no período destacado e mostrando como elas se constituem a partir de determinados regimes de verdades.

Com o advento da República, assistimos o processo de racionalização da arte de governar, que traz em suas matizes os saberes científicos, principalmente os produzidos sobre a vida da população pobre do Maranhão, fazendo desta objeto e não objetivo do governo, e com isso, a infância não escapa desses movimentos que vem de forma a intensificar e produzir saberes para qualificar a vida da população pobre do Estado, tornando esta um mecanismo de poder, atuando sobre a vida destes sujeitos nas mais variadas formas buscando assim adequar a sociedade em construção.

E com esta forma de redesenhar a sociedade que gostaríamos de olhar continuamente para esta pesquisa, buscando sempre destacar as formas de articulação com estes sujeitos e seus impactos tanto na sociedade quanto na educação, trazendo os resultados produzidos na vida destes.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARBOSA DE GODOIS, A. **Os ramos da educação: Escola primaria**. Maranhão. Imprensa Oficial.1914

COSTA, Ana Beatriz Sousa; CASTRO, Laís Cristina Aguiar de. **Silva Maia e Tarquínio Lopes Filho: Atuação na medicina e no contexto social do Maranhão entre os séculos XIX e XX**. Disponível em: <<http://www.fsadu.org.br/portal/docsrevista/ArtigoEnviar.docx>>. Acesso em 01 ago. 2016.

DANTAS, Marta Bezerra Rodrigues. **Conceitos e práticas educativas nos Regimentos Escolares do Rio Grande do Norte (1910- 1930)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

GREIVE, Cynthia. (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

INSTITUTO DA ASSISTÊNCIA Á INFÂNCIA. Relatório de 1911. São Luiz: Tip. J. Pires & C., 1912

_____. **Relatório de 1917.** São Luiz: Tip. J. Pires & C., 1918

_____. **Relatório de 1918.** São Luiz: Tip. J. Pires & C., 1920

JORNAL, **A Pacotilha**, São Luís, [11 ago. 1911 / 24 dez. 1911].

LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS. Lei Nº 1.282 de 30 de Março de 1927. São Luiz. Imprensa Oficial , 1927

MEIRELES, Mário. **Apontamentos para a História da Medicina no Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1993.

MELO, Jeane Carla Oliveira de; NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. A regeneração dos costumes parte do alto: a atuação das Damas de Assistência do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939). **Revista Outros Tempos.** V.7, N. 9, 2010 - Dossiê Estudo de Gênero. ISSN 1808. 8031.

NACIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A construção social do conceito de infância: Algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação.** V. 23, n. 79, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. (Orgs.) **História da Escola Primária no Brasil:** Investigação em perspectiva comparada no âmbito nacional. Aracajú: EDISE, 2015.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. A assistência à infância pobre. **HOLOS**, Ano 32, Vol. 5, 2016.

_____. **A criança negra no Maranhão:** uma leitura a partir da infância afro-descendente no Brasil. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo04/> >. Acesso em: 01 ago. 2016.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de; PAIVA, Marlúcia Menezes de. **Infância pobre e eugenia no Maranhão nas primeiras décadas do Século XX.** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/499.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.